

---

# **MINUTA DE EDITAL**

---

CONCESSÃO PATROCINADA PARA  
EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS  
AEROPORTUÁRIOS DO AEROPORTO  
REGIONAL DA ZONA DA MATA -  
ARZM

---

Consulta Pública

Concorrência SETOP \_\_\_\_/2013

---

**SUMÁRIO**

1.	PREÂMBULO .....	3
2.	DAS DEFINIÇÕES .....	5
3.	DO OBJETO .....	12
4.	DO VALOR ESTIMADO PARA LICITAÇÃO.....	13
5.	DAS GARANTIAS DE PROPOSTA .....	13
6.	DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	16
7.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL .....	19
8.	DA HABILITAÇÃO .....	20
9.	DA VISITA TÉCNICA .....	34
10.	DA PROPOSTA TÉCNICA .....	35
11.	DA PROPOSTA ECONÔMICA.....	37
12.	DO PLANO DE NEGÓCIOS .....	39
13.	DOS CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	41
14.	DA ENTREGA DAS PROPOSTAS.....	42
15.	DO PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO .....	44
16.	DA ANÁLISE E JULGAMENTO .....	45
17.	DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO .....	49
18.	DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO .....	51
19.	DOS RECURSOS .....	51
20.	DO CONTRATO .....	52
21.	DO PRAZO DA CONCESSÃO .....	53
22.	DO VALOR CONTRATUAL .....	53
23.	DA CONCESSIONÁRIA .....	53
24.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	56
25.	DOS ANEXOS DO EDITAL .....	58

## 1. PREÂMBULO

A Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, SETOP, torna público que fará realizar, através da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, em seu edifício-sede na Cidade Administrativa do Estado de Minas, Presidente Tancredo Neves, Edifício Minas, 7º andar, Rodovia Prefeito Américo Gianetti (MG-010), s/n, Bairro Serra Verde, Belo Horizonte/MG, Edital de Licitação na modalidade Concorrência com inversão de fases, do tipo “Técnica e Preço”, da EXPLORAÇÃO de serviços aeroportuários do Aeroporto Regional da Zona da Mata - ARZM, em conformidade com os artigos 21, XII, c, 175 e 241 da Constituição da República, da Lei Federal nº 11.079/04; da Lei Federal nº 8.987/95; da Lei Federal nº 9.074/95; da Lei Federal nº 8.666/93; da Lei Federal nº 7.565/1986; do Decreto nº 7.624/2011, da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989, da Lei Estadual nº 14.868/03; da Lei Estadual nº 14.869/03; do Decreto Estadual nº 43.702/03; da Lei Delegada Estadual nº 180, de 20 de janeiro de 2011, e das Leis Federais e Estaduais que os regulamentam e pelas demais leis, normas técnicas e instruções normativas pertinentes, em especial do Convênio 038/2012, celebrado entre a União, por intermédio da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e o Estado de Minas Gerais, e pelo EDITAL CONCORRÊNCIA SETOP Nº. [●]/2013 e seus Anexos.

As referências às normas aplicáveis no Brasil e às aplicáveis especialmente a este EDITAL deverão também ser compreendidas como referências à legislação que as substituam ou modifiquem.

O objeto deste EDITAL foi incluído no Plano Estadual de Parcerias Público Privadas, por meio do Decreto Estadual nº 46.001, de 04 de julho de 2012, conforme Deliberação nº02/2013 do Conselho gestor de Parcerias Público Privadas do Estado de Minas Gerais, publicada em 1º de abril de 2013.

Será adotado, para fins de julgamento, o critério de melhor técnica e menor valor da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA a ser paga pelo Estado de Minas Gerais, conforme inciso I do art. 12, da Lei Federal nº 11.079/04 e inciso III do art. 15 da Lei 8.987/95, utilizando-se os pesos e as fórmulas previstas neste EDITAL, desclassificando-se o LICITANTE que não alcançarem a pontuação técnica mínima.

A LICITAÇÃO foi precedida de audiência pública, nos termos do artigo 39 da Lei de Licitações, devidamente divulgada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais de [●], e realizada no dia [●].

A Licitação foi precedida também de consulta pública, nos termos do artigo 10, VI, da Lei de PPP, no período de [●] a [●].

O EDITAL da presente CONCESSÃO, seus Anexos, bem como todas as informações, estudos e projetos sobre o Aeroporto Regional da Zona da Mata - ARZM estarão disponíveis no período de [●] a [●] de 2013, nos sítios eletrônicos [<http://www.transportes.mg.gov.br>] e [<http://www.ppp.mg.gov.br>], incidindo sobre a disponibilização destas informações e estudos as regras previstas neste EDITAL.

O interessado deverá protocolar no Setor de Protocolo da CAMG (Cidade Administrativa – Edifício Minas), primeiro andar, sua PROPOSTA, até as [●]h do dia [●]/[●]/20[●]. Será facultado ao interessado enviar sua PROPOSTA pelos Correios, devendo a mesma ser recebida no Setor de Protocolo da CAMG (Cidade Administrativa – prédio Minas), primeiro andar, até as [●]h do dia [●]/[●]/20[●]. O Estado de Minas Gerais não se responsabilizará pelo protocolo de envelopes pelos Correios que não chegarem dentro do prazo estimado neste EDITAL.

Data de entrega dos envelopes: [●] horas do dia [●].

Data de abertura da LICITAÇÃO: [●] horas do dia [●].

## 2. DAS DEFINIÇÕES

2.1. Neste EDITAL e seus Anexos são adotadas as siglas, termos e expressões cujos significados encontram-se a seguir apontados, sem prejuízo de outros inseridos neste EDITAL ou em seus Anexos ou, ainda, na legislação aplicável.

2.2. As siglas, termos e expressões listados no singular incluem o plural e vice-versa:

2.2.1. ADJUDICATÁRIA: significa a empresa ou o CONSÓRCIO de empresas declarado vencedor da LICITAÇÃO pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, por apresentar o menor valor da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, a quem for adjudicado o objeto do certame;

2.2.2. AFILIADA: significa, com relação à CONCESSIONÁRIA ou qualquer de suas acionistas, qualquer pessoa, física ou jurídica, controladora, controlada ou sob controle comum;

2.2.3. AEROPORTO REGIONAL DA ZONA DA MATA ou AEROPORTO: é o Aeroporto Regional da Zona da Mata, também conhecido como Aeroporto Itamar Franco, identificado na ANAC sob o código SBZM, localizado nos municípios de Goianá e Rio Novo, objeto da CONCESSÃO;

2.2.4. COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO: significa a comissão instituída por ato do Poder Executivo Estadual, responsável por receber e examinar todos os documentos apresentados no âmbito desta LICITAÇÃO, conduzir os procedimentos descritos neste Instrumento, processar e julgar a LICITAÇÃO, nos termos deste EDITAL;

2.2.5. CONCESSÃO PATROCINADA ou CONCESSÃO: consiste na contratação de Parceria Público Privada, na modalidade de CONCESSÃO PATROCINADA, para a EXPLORAÇÃO de serviços aeroportuários pela CONCESSIONÁRIA, durante o prazo estabelecido no EDITAL e no CONTRATO, em relação à qual, nos termos da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e da Lei Estadual nº 14.868, de 16 de dezembro de 2003, prevê-se uma CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA a ser paga pelo PODER

CONCEDENTE e a cobrança, pela CONCESSIONÁRIA, de TARIFAS a serem pagas pelos USUÁRIOS do AEROPORTO REGIONAL DA ZONA DA MATA

2.2.6. CONCESSIONÁRIA: significa a SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO a ser obrigatoriamente constituída pela ADJUDICATÁRIA, à qual será outorgado o objeto do CONTRATO;

2.2.7. CONDIÇÕES MÍNIMAS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS: são as condições mínimas a serem atendidas pela CONCESSIONÁRIA durante o prazo de vigência do CONTRATO, abrangendo a EXPLORAÇÃO do Aeroporto Regional da Zona da Mata - ARZM, conforme indicado no ANEXO III - PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO DO AEROPORTO - PEA.

2.2.8. CONSÓRCIO: significa o grupo constituído por duas ou mais pessoas jurídicas, sob o mesmo controle ou não, para participar como LICITANTE da LICITAÇÃO, as quais respondem solidariamente pelo cumprimento das obrigações decorrentes da LICITAÇÃO e, como condição de participação, vinculam-se pelo TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE SPE, nos termos do item 17.3 deste EDITAL e demais termos dispostos nos artigos 278 e 279 da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

2.2.9. CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA: significa a remuneração mensal a ser paga pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, nos termos do art. 6º, §1º da Lei de PPP, a partir do mês subsequente ao primeiro mês de calendário completo do início da EXPLORAÇÃO COMERCIAL do Aeroporto Regional da Zona da Mata, considerando-se (i) os descontos referentes ao índice de desempenho e (ii) compartilhamento das RECEITAS COMERCIAIS ou da partilha das RECEITAS TARIFÁRIAS, conforme os critérios contidos no Anexo V - POLÍTICA TARIFÁRIA E MECANISMOS DE PAGAMENTO, e que complementa a RECEITAS TARIFÁRIAS;

2.2.10. CONTRATO: significa o CONTRATO de CONCESSÃO PATROCINADA a ser celebrado com a CONCESSIONÁRIA, nos termos da minuta constante do Anexo II - MINUTA DE CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA deste EDITAL;

2.2.11. CONTRATO DE CONTA VINCULADA: significa o contrato a ser celebrado pela CONCESSIONÁRIA com a instituição financeira de primeira linha de sua escolha para abertura da CONTA VINCULADA e que preverá os mecanismos para utilização pela CONCESSIONÁRIA, com anuência do PODER CONCEDENTE, dos recursos ali depositados;

2.2.12. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO: significa o conjunto de documentos arrolados nos termos estabelecidos na Cláusula 8 deste EDITAL, que comporão o Envelope 03 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO a ser obrigatoriamente protocolado pelas LICITANTES junto à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, destinado a comprovar sua habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira, além de declarações adicionais;

2.2.13. EDITAL: significa o presente instrumento de edital e os seus Anexos, que contêm o conjunto de instruções e regras que orientam o processo da LICITAÇÃO da CONCESSÃO PATROCINADA, consubstanciado na Concorrência nº [●];

2.2.14. EXPLORAÇÃO: significa, com relação ao AEROPORTO REGIONAL DA ZONA DA MATA, a sua operação, manutenção, conservação e exploração comercial, nos termos e condições previstos no EDITAL e neste CONTRATO;

2.2.15. EXPLORAÇÃO COMERCIAL: período que tem início com o recebimento de RECEITAS TARIFÁRIAS pela CONCESSIONÁRIA, após o PERÍODO DE TRANSIÇÃO.

2.2.16. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL: garantia fornecida pela ADJUDICATÁRIA, visando a assegurar a execução do CONTRATO em todos os seus termos.

2.2.17. GARANTIA DE PROPOSTA: significa a garantia apresentada pela LICITANTE como condição para a sua participação na LICITAÇÃO, no Envelope 01, juntamente com a PROPOSTA TÉCNICA, visando assegurar a validade e a manutenção das condições da PROPOSTA ECONÔMICA da LICITANTE, nos moldes previstos neste EDITAL;

2.2.18. GARANTIA DO PODER CONCEDENTE: significa as garantias fornecidas pelo PODER CONCEDENTE para assegurar o pagamento de todas as obrigações pecuniárias do PODER CONCEDENTE em relação à CONCESSIONÁRIA, incluindo a

---

[Digite o endereço da empresa]

CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, nos termos do Anexo IX - ESTRUTURA DE GARANTIAS DO PODER CONCEDENTE;

2.2.19. GARANTIDOR: o PODER CONCEDENTE que, gravará em garantia, ativos de sua propriedade, para o cumprimento de suas obrigações pecuniárias.

2.2.20. LICITAÇÃO: significa a Concorrência nº [●], nos termos deste EDITAL;

2.2.21. LICITANTE: significa cada proponente, individualmente ou em CONSÓRCIO, que participar desta LICITAÇÃO, mediante a apresentação de PROPOSTA;

2.2.22. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO: é o conjunto de instruções, especificações, metodologias e cronogramas elaborados pela LICITANTE que descreve a linha de ação que será adotada na exploração dos serviços do AEROPORTO REGIONAL DA ZONA DA MATA, contendo o detalhamento descritivo dos elementos que subsidiaram e as premissas adotadas para a elaboração do PLANO DE NEGÓCIOS, a ser entregue juntamente com o PLANO DE NEGÓCIOS como condição para adjudicação da licitação, conforme diretrizes do Anexo IV – PLANO DE EXPLORAÇÃO DO AEROPORTO;

2.2.23. NOTA DO QID: é a nota destinada a aferir o desempenho da CONCESSIONÁRIA no cumprimento dos indicadores constantes em Anexo VII - MINUTA DE CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA;

2.2.24. PARTES: significa as partes signatárias deste CONTRATO;

2.2.25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO: significa o patrimônio líquido mínimo que a LICITANTE deverá possuir, a ser comprovado, junto à DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, mediante a apresentação do balanço patrimonial da LICITANTE, o qual deverá ser auditado por auditor independente e acompanhado do respectivo demonstrativo de resultados referentes ao último exercício social, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

2.2.26. PERÍODO DE TRANSIÇÃO: é o período de 90 (noventa) dias, após a emissão do TERMO DE ENTREGA, em que a CONCESSIONÁRIA e a atual operadora do Aeroporto Regional da Zona da Mata - SBZM, sob a supervisão do PODER CONCEDENTE, deverão

---

[Digite o endereço da empresa]



tomar as medidas necessárias para efetivar a transferência dos serviços objeto do CONTRATO;

2.2.27. PLANO DE EXPLORAÇÃO DO AEROPORTO: é o conjunto de informações técnicas e operacionais, abrangendo as diretrizes e requisitos mínimos para elaboração da METODOLOGIA DE EXECUÇÃO;

2.2.28. PLANO DE NEGÓCIOS: significa o plano a ser elaborado pela LICITANTE e entregue junto com a PROPOSTA ECONÔMICA, nos termos da Cláusula 12 e do Anexo IV - PLANÍLHAS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS deste EDITAL, devendo conter todas as premissas, variáveis e outras informações referentes à modelagem econômico-financeira que pautaram a PROPOSTA ECONÔMICA da LICITANTE com todos os elementos operacionais e financeiros relativos à execução do CONTRATO, assim como uma descrição das ações pretendidas pela LICITANTE, visando à EXPLORAÇÃO do Aeroporto Regional da Zona da Mata - ARZM pelo prazo integral da CONCESSÃO PATROCINADA;

2.2.29. PODER CONCEDENTE: significa o Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – SETOP;

2.2.30. PROPOSTA: significa o conjunto de documentação e informações apresentadas por cada LICITANTE à COMISSÃO DE LICITAÇÃO nos termos deste EDITAL, segregada e organizada nos ENVELOPES;

2.2.31. PROPOSTA ECONÔMICA: solicitação de pagamento de CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA anual, conforme modelo constante Anexo I - MODELO DE CARTAS E DECLARAÇÕES, visando a prestação do serviço conforme as CONDIÇÕES MÍNIMAS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, a serem atendidas pela CONCESSIONÁRIA durante o prazo de vigência do CONTRATO, e detalhes da PROPOSTA TÉCNICA;

2.2.32. QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO ou QID: é o quadro constante do Anexo VII - QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO, que define os indicadores destinados a aferir a qualidade do serviço a ser prestado pela CONCESSIONÁRIA;

2.2.33. RECEITAS COMERCIAIS: são quaisquer receitas alternativas, acessórias ou suplementares à TARIFA, decorrentes da exploração do AEROPORTO REGIONAL DA ZONA DA MATA, com exceção das RECEITAS FINANCEIRAS, a serem livremente exploradas pela CONCESSIONÁRIA;

2.2.34. RECEITAS FINANCEIRAS: são os juros, descontos recebidos, receitas de títulos vinculados ao mercado aberto, receitas sobre outros investimentos, prêmio de resgate de títulos e debêntures, bem como as atualizações monetárias pré-fixadas, as variações monetárias dos direitos de crédito e das obrigações em função da taxa de câmbio ou de índices ou coeficientes aplicáveis por disposição legal ou contratual;

2.2.35. RECEITAS TARIFÁRIAS: receitas decorrentes do pagamento de TARIFAS, nos termos do Anexo V - POLÍTICA TARIFÁRIA E MECANISMOS DE PAGAMENTO.

2.2.36. SERVIÇOS: significa (i) a execução e gestão da EXPLORAÇÃO do AEROPORTO REGIONAL DA ZONA DA MATA; (ii) o apoio, sem prejuízo da responsabilidade exclusiva do PODER CONCEDENTE, na execução dos SERVIÇOS NÃO DELEGADOS; e (iii) a gestão e/ou prestação, conforme for o caso, dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES, na forma definida no Anexo III - PLANO DE EXPLORAÇÃO DO AEROPORTO - PEA;

2.2.37. SERVIÇOS COMPLEMENTARES: significa os serviços considerados convenientes, mas não essenciais, a serem prestados no AEROPORTO REGIONAL DA ZONA DA MATA, a critério da CONCESSIONÁRIA, (i) por terceiros previamente autorizados, por escrito, pela CONCESSIONÁRIA ou (ii) diretamente pela própria CONCESSIONÁRIA;

2.2.38. SERVIÇOS NÃO DELEGADOS: significa os serviços de competência exclusiva da Administração Pública, cuja execução não está compreendida no objeto da CONCESSÃO PATROCINADA;

2.2.39. SETOP: significa a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, que celebrará o CONTRATO com a CONCESSIONÁRIA;

2.2.40. SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO ou SPE: significa a sociedade anônima a ser constituída pela ADJUDICATÁRIA da LICITAÇÃO, com a finalidade exclusiva de explorar o objeto da CONCESSÃO PATROCINADA, como condição precedente à celebração do CONTRATO;

2.2.41. TARIFAS: são os preços cobrados pela utilização de serviços e da infraestrutura do AEROPORTO REGIONAL DA ZONA DA MATA, em conformidade com a legislação aeronáutica e com a estratégia de EXPLORAÇÃO da CONCESSIONÁRIA, sobretudo com as disposições do **Erro! Fonte de referência não encontrada. Erro! Fonte de referência não encontrada.**;

2.2.42. TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE SPE: significa o documento pelo qual a LICITANTE, individual ou em CONSÓRCIO, compromete-se a constituir a CONCESSIONÁRIA, caso seja ADJUDICATÁRIA da LICITAÇÃO, conforme item 17.3 deste EDITAL;

2.2.43. TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO: é o documento emitido pela CONCESSIONÁRIA e entregue ao PODER CONCEDENTE que determina o fim da CONCESSÃO, contendo a listagem de todos os equipamentos, máquinas, aparelhos, peças de reposição, estoques e de modo geral, todos os demais bens vinculados à exploração do AEROPORTO REGIONAL DA ZONA DA MATA – SBZM;

2.2.44. TERMO DE ENTREGA: é o documento emitido pelo PODER CONCEDENTE e entregue à CONCESSIONÁRIA que determina a ordem de início da CONCESSÃO e dá início ao PERÍODO DE TRANSIÇÃO, contendo a listagem de todos os equipamentos, máquinas, aparelhos, peças de reposição, estoques e de modo geral, todos os demais bens vinculados à exploração do AEROPORTO REGIONAL DA ZONA DA MATA transferidos à CONCESSIONÁRIA;

2.2.45. VERIFICADOR INDEPENDENTE: é a entidade contratada pelo PODER CONCEDENTE mediante licitação, que será responsável pelo monitoramento permanente do processo de aferição do desempenho da CONCESSIONÁRIA mediante a utilização do sistema de QID, fornecendo, mensalmente ao PODER CONCEDENTE, a

NOTA DO QID, que determinará o percentual do cumprimento dos índices de serviço pela CONCESSIONÁRIA, e impactará no valor da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA;

2.2.46. USUÁRIO: significa todas as pessoas físicas e jurídicas que sejam tomadoras dos serviços prestados pela CONCESSIONÁRIA, ou por terceiro por ela indicado, no Aeroporto Regional da Zona da Mata – ARZM.

### **3. DO OBJETO**

3.1. Este EDITAL tem como objeto a contratação de CONCESSÃO PATROCINADA, consoante a Lei Federal nº 11.079/04, para a EXPLORAÇÃO de serviços aeroportuários do Aeroporto Regional da Zona da Mata - ARZM que contempla:

3.1.1. Exploração, administração, operação, manutenção e realização de melhorias complementares no Aeroporto Regional da Zona da Mata - ARZM, bem como o cumprimento das CONDIÇÕES MÍNIMAS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

3.2. Os investimentos e serviços de responsabilidade exclusiva da CONCESSIONÁRIA, se encontram detalhados no PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO DO AEROPORTO - PEA constante do Anexo III - PLANO DE EXPLORAÇÃO DO AEROPORTO - PEA.

3.3. A CONCESSIONÁRIA deverá prestar o apoio na execução de SERVIÇOS DELEGADOS.

3.4. A EXPLORAÇÃO do Aeroporto Regional da Zona da Mata - ARZM deverá obedecer ao disposto na legislação vigente, nas normas complementares, nos padrões e nos procedimentos dispostos no presente EDITAL e seus Anexos, em especial, mas não se limitando, às características e especificações técnicas indicadas no Anexo III - PLANO DE EXPLORAÇÃO DO AEROPORTO - PEA, bem como ao conteúdo da PROPOSTA da ADJUDICATÁRIA da LICITAÇÃO.

3.5. A CONCESSÃO em objeto pressupõe a prestação de serviço adequado, considerando-se como tal aquele que satisfizer às condições de regularidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia, equidade, modicidade da tarifa e continuidade nos termos da legislação.

3.6. A prestação do serviço no ARZM deverá obedecer ao disposto na legislação atinente, nas normas, resoluções e instruções complementares relativas ao exercício das atividades relacionadas à exploração aeroportuária, e nos padrões e nos procedimentos dispostos no presente EDITAL e seus Anexos, bem como nos documentos apresentados pela LICITANTE vencedora da licitação.

3.7. Caberá a cada LICITANTE realizar, por sua própria conta e risco, as investigações, os levantamentos e os estudos, e desenvolver os estudos de engenharia necessários para atender às condições mínimas para a apresentação da PROPOSTA, de acordo com os requisitos deste EDITAL e seus Anexos.

#### **4. DO VALOR ESTIMADO PARA LICITAÇÃO**

4.1. O valor estimado pela SETOP para efeito desta licitação está orçado em R\$ 188.516.420,00 (cento e oitenta e oito milhões, quinhentos e dezesseis mil, quatrocentos e vinte reais), a preços referentes ao mês de agosto/2013.

#### **5. DAS GARANTIAS DE PROPOSTA**

5.1. **Entrega e Modalidade.** Na data designada para a sessão de entrega dos envelopes, cada LICITANTE deverá entregar, no Envelope 02, juntamente com a PROPOSTA ECONÔMICA, e de acordo com os modelos de carta propostos pelo Anexo I - MODELO DE CARTAS E DECLARAÇÕES deste EDITAL, a GARANTIA DE PROPOSTA, correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da LICITAÇÃO, mediante uma das seguintes modalidades abaixo, e observadas as respectivas condições:

5.1.1. Caução em dinheiro, na moeda corrente do país, através de depósito em conta corrente indicada pela SETOP, nos termos do modelo constante do Anexo I - MODELO DE CARTAS E DECLARAÇÕES deste EDITAL;

5.1.2. Caução em títulos da dívida pública, emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme

---

[Digite o endereço da empresa]

definido pelo Ministério da Fazenda, nos termos do modelo constante do Anexo I - MODELO DE CARTAS E DECLARAÇÕES deste EDITAL;

5.1.3. Fiança bancária (“letter of credit”), nos termos do modelo constante do Anexo I - MODELO DE CARTAS E DECLARAÇÕES, executável à primeira demanda, emitida por instituição financeira de primeira linha autorizada a funcionar no Brasil, que, para efeitos de validade da fiança, deverá conter cláusula específica de renúncia, pelo fiador, aos benefícios de ordem e favores de que tratam os artigos 366, 827, 835, 837 e 838 do Código Civil, e que obrigue o fiador de forma solidária com a LICITANTE pelo pagamento do valor indicado no “caput” deste Item 5.1, incluindo, sem limitação, multas, juros, atualização monetária e demais encargos moratórios; ou

5.1.4. Seguro-garantia (“bid bond”), emitido conforme Circular SUSEP nº. 232, de 03 de junho de 2003, e demais normas expedidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, contratado junto a seguradora de primeira linha autorizada a funcionar no Brasil, nos termos do modelo constante do Anexo I - MODELO DE CARTAS E DECLARAÇÕES deste EDITAL.

5.2. A GARANTIA DE PROPOSTA, nas modalidades seguro-garantia ou fiança bancária, observarão o seguinte:

5.2.1. terão o seu valor expresso em Reais (R\$) e deverá ser apresentada em sua forma original, não sendo aceitas cópias de qualquer espécie, admitida a apresentação de seguro-garantia na forma digital, nos termos e condições admitidos pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP; e

5.2.2. serão contratadas, respectivamente, com seguradoras e resseguradoras e com instituições financeiras de primeira linha autorizadas a operar no Brasil pela SUSEP.

5.3. Em caso de CONSÓRCIO, será admitida a apresentação, pela empresa líder, de garantia única no valor total indicado no Item 5.1 ou a apresentação, pelas empresas consorciadas, de garantias cujo somatório seja equivalente ao valor total estabelecido no Item 5.1.

5.4. Validade. A GARANTIA DE PROPOSTA terá prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias, renováveis apenas uma vez por igual período, contados da data indicada neste EDITAL para a entrega dos ENVELOPES.

5.4.1. Caso, na data de vencimento do prazo de validade da GARANTIA DE PROPOSTA, o CONTRATO ainda não tiver sido assinado, a manutenção da PROPOSTA ECONÔMICA estará condicionada à renovação, pela LICITANTE, da GARANTIA DE PROPOSTA apresentada.

5.5. **Análise.** A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO analisará a regularidade e a efetividade das GARANTIAS DE PROPOSTA, podendo se valer de órgãos ou entidades da Administração Pública para assessorá-la na realização de tal análise.

5.5.1. As LICITANTES que tiverem suas GARANTIAS DE PROPOSTA rejeitadas, após a análise prevista no Item 5.5, serão desclassificadas e estarão impedidas de participar das demais fases da LICITAÇÃO.

5.6. Execução. A GARANTIA DE PROPOSTA poderá ser executada em qualquer das seguintes hipóteses:

5.6.1. caso a ADJUDICATÁRIA não mantenha os termos e condições de sua PROPOSTA ECONÔMICA apresentada à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO; ou

5.6.2. caso o CONTRATO não seja assinado no prazo estabelecido neste EDITAL por razões imputáveis à ADJUDICATÁRIA.

5.7. **Devolução.** A GARANTIA DE PROPOSTA será devolvida:

5.7.1. à LICITANTE que tiver sua GARANTIA DE PROPOSTA rejeitada pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, em até 05 (cinco) dias úteis contados da divulgação da correspondente decisão;

5.7.2. à LICITANTE que não for classificada por não atender às condições de qualificação técnica previstas neste EDITAL, em até 05 (cinco) dias úteis contados da publicação do resultado definitivo da fase de qualificação técnica; ou

5.7.3. à LICITANTE ADJUDICATÁRIA do objeto do certame, em até 05 (cinco) dias úteis contados da celebração do CONTRATO.

## 6. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

6.1. Poderão participar desta licitação, as LICITANTES legalmente constituídas, nacionais ou estrangeiras, isoladas ou reunidas em CONSÓRCIO, que satisfaçam plenamente todas as disposições do EDITAL e da legislação em vigor.

6.1.1. As LICITANTES estrangeiras deverão possuir representação no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente pelos seus atos e que atenderem aos requisitos deste EDITAL.

6.1.2. Para os fins do disposto no item 6.1, as Entidades de Previdência Complementar e Fundos de Investimentos em Participações – FIP só poderão participar desta licitação quando reunidas em CONSÓRCIO com entidades cuja natureza jurídica seja diversa de sua própria.

6.2. A interessada em participar desta licitação, deverá apresentar três (03) envelopes opacos, fechados, contendo, cada qual, na parte externa, o seu nome, seu CNPJ, o número deste edital e o seu conteúdo, assim indicado: ENVELOPE Nº 01 - **“PROPOSTA TÉCNICA”**, ENVELOPE Nº. 02 - **“PROPOSTA ECONÔMICA”** e ENVELOPE Nº 03 - **“DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”**.

6.3. A participação em regime de CONSÓRCIO, seja de empresas nacionais ou estrangeiras, deverá atender às disposições do art. 33 da Lei Federal nº 8.666/93 e aquelas estabelecidas neste EDITAL, conforme requisitos a seguir:

6.3.1. Na hipótese de participarem do CONSÓRCIO empresas nacionais e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa nacional, sem prejuízo da responsabilidade solidária entre todos os integrantes do CONSÓRCIO.

6.3.2. Os consorciados deverão apresentar compromisso de que não alterarão a constituição ou composição do CONSÓRCIO, visando manter válidas as premissas que asseguram sua habilitação.



6.3.3. Cada empresa integrante do CONSÓRCIO deverá atender às exigências estabelecidas para habilitação jurídica, fiscal e financeira neste EDITAL, sob pena de inabilitação do CONSÓRCIO.

6.3.4. O patrimônio líquido de cada consorciada deverá ser igual ou superior à multiplicação do percentual de sua participação no CONSÓRCIO pelo PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO exigido para o CONSÓRCIO, conforme definido no DOCUMENTO XV, da TABELA III - Documentos relativos à qualificação econômico-financeira, deste EDITAL.

6.3.5. Observado o critério de participação de cada consorciada no CONSÓRCIO, definido no item 6.3.4, o patrimônio líquido do CONSÓRCIO será igual à soma dos patrimônios líquidos das consorciadas.

6.3.6. Em caso de CONSÓRCIO, a qualificação de que trata o item 8.11 poderão ser comprovadas por qualquer uma de suas empresas integrantes, sendo que a experiência exigida também poderá ser comprovada através de atestados emitidos, com relação à LICITANTE, em nome de empresas AFILIADAS e/ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº. 6.404/76.

6.4. As empresas estrangeiras deverão:

6.4.1. Apresentar decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.4.2. Obedecer às disposições da Resolução nº 444 de 14 de abril de 2000 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA e Alterações posteriores.

6.4.3. Apresentar declaração expressa de que se submete à legislação brasileira e que renuncia a qualquer reclamação por via diplomática, conforme modelo integrante do Anexo I - MODELO DE CARTAS E DECLARAÇÕES do EDITAL;

6.4.4. Apresentar os documentos equivalentes aos documentos para a habilitação, autenticados pela autoridade consular brasileira de seu país de origem, e traduzidos por tradutor juramentado, na forma do disposto no § 4º do art. 32 da Lei nº. 8.666, de 1993.

6.4.5. As LICITANTES estrangeiras deverão apresentar atestado expedido pela Embaixada do país de origem no Brasil, certificando a correlação entre os documentos administrativos legais e suas validades, normalmente exigidos em licitações no Brasil e os correspondentes no País de origem.

6.4.6. Os documentos de habilitação equivalentes devem ser apresentados de forma a possibilitar a análise acerca da validade, exigibilidade e eficácia.

6.4.7. Na hipótese de inexistência de documentos equivalentes aos solicitados neste Edital e/ou de órgão(s) no país de origem que os autentique(m), deverá ser apresentada declaração, informando tal fato, por parte de instituição de direito público ou de notário público, devidamente autenticada pela autoridade consular brasileira do país de origem e traduzida por tradutor juramentado.

6.4.8. Considera-se representante legal das LICITANTES estrangeiras a pessoa legalmente credenciada, com poderes expressos, mediante procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida em cartório no Brasil, para receber citação e responder administrativa e judicialmente no Brasil, bem como para representa-la em todas as fases do processo, condições essas que deverão estar expressamente indicadas em seus documentos de habilitação jurídica.

6.5. Considera-se em relação a Fundações e Fundos, para os fins dos itens precedentes, o patrimônio líquido como sendo equiparado ao capital.

6.5.1. Os Fundos de Investimento em Participação – FIP deverão fornecer, juntamente com a documentação de habilitação, a relação de seus cotistas e apresentar cópia autenticada de registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A documentação de habilitação dos Fundos de Investimento em Participação – FIP que não possa ser apresentada em nome próprio deverá ser apresentada pelo administrador do FIP.

6.6. Não será admitida a participação nesta Licitação de LICITANTE cuja falência, concordata e recuperação judicial ou extrajudicial tenham sido decretados ou homologados por sentença judicial.

6.7. Estão igualmente proibidas de participar desta Licitação as LICITANTES que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou punidas com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos dos incisos III e IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, e do Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012, bem como aquelas que se encontram interditadas por crimes ambientais nos termos do artigo 10 da Lei Federal nº 9.605/98.

6.8. Não poderão participar desta Licitação as LICITANTE que estejam sob intervenção da Secretaria da Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social.

6.9. Não poderão participar desta Licitação as LICITANTE cujos dirigentes, gerentes, sócios ou controladores, responsáveis técnicos ou legais sejam ou já tenham sido, a partir de 2 (dois) anos consecutivos anteriores à data da publicação deste EDITAL, servidores ou dirigentes ligados à Administração, direta ou indireta, do Estado de Minas Gerais, ou qualquer de seus órgãos ou entidades vinculadas.

6.10. Não poderão participar desta Licitação as LICITANTE que se enquadrem nas restrições previstas no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93.

## **7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

7.1. A impugnação junto à SETOP dos termos do EDITAL, quanto a possíveis falhas ou irregularidades, poderá ser feita por qualquer cidadão até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a sessão de abertura das PROPOSTAS.

7.2. Se feita por LICITANTE, a impugnação poderá ser protocolada até o segundo dia útil que anteceder à sessão de abertura das PROPOSTAS.

7.3. As impugnações deverão ser formalizadas por escrito à SETOP através do presidente da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e protocolizadas no setor de protocolo da CAMG (Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais – Edifício Minas – primeiro andar).

## **8. DA HABILITAÇÃO**

8.1. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO será constituída dos documentos discriminados nos itens seguintes.

8.2. Os documentos de habilitação jurídica serão constituídos de:

**TABELA I. Documentos Relativos à Habilitação Jurídica**

ITEM Nº	DOCUMENTO
DOCUMENTO I	Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores;.
DOCUMENTO II	(b) Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando atividade assim o exigir;
DOCUMENTO III	(c) No caso de entidades privadas de previdência complementar, comprovante de autorização expressa e específica quanto à constituição e funcionamento da entidade de previdência complementar, concedida pelo órgão fiscalizador competente, e declaração de que os planos de benefícios por elas administrados não estão em liquidação ou sob intervenção da Secretaria da Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social;
DOCUMENTO IV	(d) No caso de instituição financeira, comprovação de que está autorizada a funcionar como instituição financeira pelo Banco Central do Brasil;
DOCUMENTO V	(e) Em se tratando de Fundo de Investimento em Participações – FIP: (i) Ato constitutivo com última alteração arquivada perante órgão competente; (ii) Prova de contratação de gestor, se houver, bem como de eleição do administrador em exercício; (iii) Comprovante de registro do fundo de investimento (e suas posteriores alterações, se houver); (iv) Regulamento do fundo de investimento (e suas posteriores alterações, se houver); (v) Comprovante de registro do regulamento do fundo de investimento perante o Registro de Títulos e Documentos competente; (vi) Comprovação de que o fundo de investimento encontra-se devidamente autorizado a participar da Licitação e que o seu administrador pode representá-lo em todos os atos e para todos os efeitos da Licitação,

**TABELA I. Documentos Relativos à Habilitação Jurídica**

	assumindo em nome do fundo de investimento todas as obrigações e direitos que decorrem da Licitação; (vii) Comprovante de qualificação do administrador e, se houver, do gestor do fundo de investimento, perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM; (viii) Certidão negativa de falência da administradora e gestora do fundo, expedida pelo(s) cartório(s) de distribuição de sua(s) sede(s) ou domicílio(s), com data de até 60 (sessenta) dias corridos anteriores à data para recebimento da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

8.3. Em relação às sociedades empresárias e entidades nacionais que participam da licitação, isoladamente ou em CONSÓRCIO, os documentos de regularidade fiscal deverão ser constituídos de:

**TABELA II. Documentos relativos à regularidade fiscal**

ITEM Nº	DOCUMENTO
DOCUMENTO VI	Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF, nos moldes da Instrução Normativa nº 1.005/2010 da Receita Federal do Brasil – RFB.
DOCUMENTO VII	Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da LICITANTE, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da Licitação.
DOCUMENTO VIII	Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, por meio da apresentação das seguintes certidões:

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Certidão conjunta emitida pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), relativamente aos tributos administrados pela RFB e à dívida ativa da União administrada pela PGFN; e</li> <li>• Certidão negativa de débito da Secretaria da Receita Previdenciária emitida pelo Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS.</li> </ul>
DOCUMENTO IX	Prova de regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual e Municipal, todas do domicílio ou sede da LICITANTE, datada de, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data inicial de recebimento dos envelopes.
DOCUMENTO X	Certificado de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, que esteja dentro do prazo de validade nele atestado.
DOCUMENTO XI	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas perante a Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, conforme disposto na Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

8.4. Os documentos de qualificação econômico-financeira serão constituídos de:

TABELA III. Documentos relativos à qualificação econômico-financeira	
ITEM Nº	DOCUMENTO
DOCUMENTO XII	<p>Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, e auditados por auditoria independente, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.</p> <p>Entende-se por apresentados na forma da lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, devidamente datados e</p>

[Digite o endereço da empresa]

**TABELA III. Documentos relativos à qualificação econômico-financeira**

	<p>assinados pelo responsável da empresa, e por profissional de contabilidade habilitado e devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, assim apresentados:</p> <p>A. Sociedades regidas pela Lei nº. 6.404, de 1976 (Sociedade Anônima): publicados em Diário Oficial; ou publicados em jornal de grande circulação; ou por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da LICITANTE.</p> <p>B. Sociedades limitadas (Ltda.):</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Por fotocópia autenticada do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da LICITANTE ou em outro órgão equivalente, ou</li><li>• Por fotocópia autenticada do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da LICITANTE;</li><li>• Por documento emitido via internet do Balanço e das Demonstrações Contábeis, desde que assinados digitalmente, utilizando-se de certificado de segurança mínimo tipo A3, emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), a fim de garantir a autoria, a autenticidade, a integridade e a validade jurídica do documento digital, no caso da sociedade limitada ser tributada pelo lucro real, conforme legislação vigente.</li></ul>
DOCUMENTO XIII	Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial ou extrajudicial expedida num prazo não-superior a 60 (sessenta)



**TABELA III. Documentos relativos à qualificação econômico-financeira**

	dias da data de apresentação da documentação exigida neste EDITAL, pelo distribuidor forense da sede da empresa.
DOCUMENTO XIV	Compromisso de Integralização de Capital de CONCESSIONÁRIA, nos termos do modelo constante do Anexo I -  MODELO DE CARTAS DECLARAÇÕES.
DOCUMENTO XV	<p>Comprovação de PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO, nos termos do parágrafo 3º do artigo 31 da Lei Federal 8.666/93, igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para contratação devidamente atualizado, ressalvando-se que esta comprovação far-se-á por meio da apresentação do balanço patrimonial do último exercício exigível, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da PROPOSTA;</p> <p>No caso de CONSÓRCIO o patrimônio líquido poderá ser comprovado pela soma dos capitais sociais das empresas que o compõem, na proporção de sua respectiva participação no CONSÓRCIO.</p> <p>Para os fins de avaliação do patrimônio líquido, os valores expressos em moeda estrangeira serão convertidos para Reais (R\$), pela taxa de câmbio comercial para venda divulgada pelo Banco Central do Brasil (PTAX 800), da moeda do país de origem, tendo como data-base a data dos documentos apresentados.</p> <p>No caso da participação de Entidades de Previdência Complementar será considerado, para efeito de verificação do patrimônio líquido, o somatório dos recursos garantidores das reservas técnicas dos Planos de Benefícios das Entidades de Previdência</p>

**TABELA III. Documentos relativos à qualificação econômico-financeira**

	Complementar constituídas de acordo com os critérios fixados pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar.
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

8.5. Os documentos dispostos na TABELA II - Documentos relativos à regularidade fiscal, poderão ser apresentados por meio de documento original, ou documentos emitidos pela internet, de acordo com a legislação aplicável, desde que haja sistema que permita a conferência de autenticidade por parte da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.

8.6. Serão aceitas para os documentos exigidos nos DOCUMENTO VIII e DOCUMENTO IX, da TABELA II - Documentos relativos à regularidade fiscal, certidões negativas ou certidões positivas com efeito de negativas que noticiem, em seu corpo, que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

8.7. Caso alguma certidão apresentada em conformidade aos DOCUMENTO VIII e DOCUMENTO IX da TABELA II - Documentos relativos à regularidade fiscal seja positiva, ou nela não esteja consignada a situação atualizada do(s) débito(s), deverá ser apresentada prova de quitação e/ou certidões que apontem a situação atualizada das ações judiciais e/ou dos procedimentos administrativos arrolados, datada de, no máximo, 90 (noventa) dias antes da data inicial de recebimento dos envelopes.

8.8. Na hipótese de não haver a expedição, na localidade da sede da LICITANTE, de certidões conjuntas ou consolidadas, deverão ser apresentadas certidões segregadas, na forma da legislação aplicável, que comprovem a inexistência de débitos tributários, bem como a inexistência de inscrição de obrigações na dívida ativa da autoridade tributária local.

8.9. Toda a documentação de habilitação apresentada pela LICITANTE deverá estar válida no momento da entrega do Envelope de DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, sob pena de inabilitação da LICITANTE desconforme.

8.9.1. Caso o vencimento de parte da documentação apresentada no Envelope de Habilitação se dê no período compreendido entre a data da entrega dos Envelopes e a data de sua abertura, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO notificará a LICITANTE para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, regularize sua situação.

8.9.2. No caso de certidões que não possuam data de validade, as mesmas deverão ser expeditas num prazo não superior a 60 dias da data apresentação dos documentos.

8.9.3. Não serão aceitos comprovantes de solicitação de certidões.

8.10. Para os fins previstos na TABELA II - Documentos relativos à regularidade fiscal, as entidades estrangeiras deverão atender às exigências deste EDITAL em conformidade com o que dispõe o art. 32, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/93.

8.11. Os documentos de qualificação técnica serão constituídos de atestado(s) e/ou certidão(ões) com indicação da experiência dos responsáveis técnicos da LICITANTE, conforme previsto nos itens seguintes.

8.11.1. No caso de CONSÓRCIO, admitir-se-á o somatório dos atestados ou certidões dos responsáveis técnicos das empresas consorciadas.

8.11.2. No caso de empresa estrangeira deverão ser seguidas as orientações da Resolução nº 444/00 do CONFEA.

TABELA IV. Documentos relativos à qualificação técnica	
ITEM Nº	DOCUMENTO
DOCUMENTO XVI	<p>Apresentar comprovação que dispõe dos seguintes profissionais aptos a prestação do serviço objeto da CONCESSÃO, no caso de ser vencedora do certame:</p> <p>03 Operadores de Estação Aeronáutica, com experiência mínima de 4 anos, certificados conforme regulamentação da ANAC.</p> <p>08 Agentes de Proteção da Aviação Civil (APACs), certificados conforme regulamentação da ANAC.</p>
DOCUMENTO XVII	<p>Declaração do Conhecimento da Situação Física e Operacional do ARZM, conforme modelo contido no Anexo I - MODELO DE CARTAS E DECLARAÇÕES.</p>

8.12. Os atestados somente serão aceitos se o profissional qualificado possuir vínculo com a LICITANTE, na data da entrega das propostas, nas seguintes modalidades:

- 8.12.1. Por relação de emprego comprovada mediante apresentação de Ficha de Registro de Empregados – FRE e Carteira de Trabalho, devidamente atualizados;
- 8.12.2. Como sócio, comprovado por meio da apresentação de seu estatuto ou contrato social;
- 8.12.3. Como administrador, comprovado por meio da apresentação de prova de eleição dos administradores em exercício devidamente arquivada no registro empresarial ou cartório competente;
- 8.12.4. Por contrato de prestação de serviço, diretamente ou por meio de empresa da qual ele seja empregado ou administrador; ou

8.12.5. Por carta ou contrato de intenção, com firma reconhecida, indicando que, em caso de êxito da LICITANTE no certame, o profissional assumirá obrigação de prestar os serviços objeto da CONCESSÃO PATROCINADA, conforme sua respectiva competência técnica, conforme Anexo II do Edital - MINUTA DE CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA e Anexo III do Edital - PLANO DE EXPLORAÇÃO DO AEROPORTO - PEA

8.13. Para fins de manutenção do cumprimento dos requisitos de habilitação durante o procedimento licitatório e, no caso de ser a LICITANTE vencedora, durante a execução do CONTRATO, a extinção do vínculo entre a LICITANTE e o profissional fica vinculada à prévia contratação de outro profissional que tenha a experiência mínima exigida nos requisitos de habilitação técnica e sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

8.14. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO deverá conter, ainda, as seguintes declarações:

**TABELA V. Outros documentos**

ITEM Nº	DOCUMENTO
DOCUMENTO XVIII	Declaração da LICITANTE de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, na observância das vedações estabelecidas no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, qual seja, proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de catorze anos, conforme modelo constante do Anexo I - MODELO DE CARTAS E DECLARAÇÕES.
DOCUMENTO XIX	Declaração da LICITANTE assegurando pleno conhecimento da natureza e do escopo do objeto desta licitação, conforme modelo

[Digite o endereço da empresa]

**TABELA V. Outros documentos**

	constante do Anexo I - MODELO DE CARTAS E DECLARAÇÕES.
DOCUMENTO XX	Declaração da LICITANTE assegurando, no melhor de seu conhecimento, que as informações por ela fornecidas e o serviço por ela ofertado no âmbito da licitação não infringem patentes, marcas e direitos autorais, conforme modelo constante do Anexo I - MODELO DE CARTAS E DECLARAÇÕES.
DOCUMENTO XXI	<p>No caso de CONSÓRCIO:</p> <p>a. Não será exigido que se constitua em pessoa jurídica antes do julgamento da licitação;</p> <p>b. Será exigido que o compromisso de constituição do CONSÓRCIO contenha, entre outros dispositivos, declaração expressa de que:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Os consorciados responderão em conjunto e isoladamente por todos os atos do CONSÓRCIO;</li><li>• Não poderá o CONSÓRCIO ter a sua composição ou constituição alterada, ou sob qualquer forma modificada, sem prévia e expressa autorização do PODER CONCEDENTE;</li><li>• Sendo o CONSÓRCIO declarado vencedor da licitação, as consorciadas constituirão a SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO antes da data fixada para a assinatura do CONTRATO, devendo aquelas serem controladoras diretas da SPE.</li><li>• Que o Compromisso de Constituição defina o percentual de participação de cada um dos consorciados;</li><li>• Que o Compromisso de Constituição indique a empresa-líder, única representante legal do CONSÓRCIO, com quem o PODER CONCEDENTE manterá entendimentos.</li></ul>

**TABELA V. Outros documentos**

	c. Será exigido que os documentos de habilitação jurídica, fiscal e financeira devem ser fornecidos por cada empresa consorciada.
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



8.15. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverão estar dispostos ordenadamente, numerados sequencialmente e encadernados, de forma a não conter folhas soltas.

8.15.1. Os documentos relacionados nos itens habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica deverão ser referidos à sede da LICITANTE, exceção feita quando, no EDITAL ou no CONTRATO, explicitamente houver menção em contrário.

8.15.2. Em se tratando de empresas consorciadas, os documentos a que se refere o item 8.15.1 deverão corresponder à sede de cada consorciada e não à sede do CONSÓRCIO.

8.16. Os documentos não deverão apresentar rasuras ou emendas e suas páginas deverão estar carimbadas e rubricadas pelo responsável técnico da LICITANTE, ou no caso de CONSÓRCIO, pelo representante legal da empresa líder.

8.17. Quaisquer valores que se apresentem em quaisquer dos documentos solicitados neste EDITAL, em especial, aqueles contidos no balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis deverão ser expressos em reais (R\$).

8.18. Havendo divergência entre os valores numéricos e aqueles apresentados por extenso na documentação apresentada pela LICITANTE, prevalecerão os últimos.

8.19. Os casos omissos serão resolvidos pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.

8.20. A licitante que possuir o Certificado de Registro Cadastral do Cadastro Geral de Fornecedores da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – CAGEF, regulamentado pelo Decreto Estadual 44.431, de 29 de dezembro de 2006, poderá substituir os documentos nele mencionados, pelo referido Certificado, desde que não expirado o prazo de validade. Na hipótese de os documentos nele indicados estarem com prazos vencidos, deverá apresentar outros com validade em vigor

8.21. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou publicação em órgão da Imprensa Oficial.

8.22. A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO deverá realizar consulta prévia ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP, para fins de habilitação da LICITANTE.

## **9. DA VISITA TÉCNICA**

9.1. Os interessados em participar da LICITAÇÃO deverão vistoriar o Aeroporto Regional da Zona da Mata - ARZM e suas cercanias, para a verificação das condições locais, com a finalidade de obter avaliação própria da quantidade e natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à realização do objeto da CONCESSÃO, forma e condições de suprimento, meios de acesso ao local, e para a obtenção de quaisquer outros dados que julgarem necessários à preparação de PROPOSTA ECONÔMICA, e para o atendimento das CONDIÇÕES MINIMAS DE PRESTACAO DE SERVICOS;

9.1.1. Caberá a cada LICITANTE realizar, por sua própria conta e risco, as investigações, os levantamentos e desenvolver os estudos de engenharia necessários para atender às CONDIÇÕES MÍNIMAS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

9.2. Cada LICITANTE deverá apresentar em sua documentação de habilitação a declaração de que conhece o ARZM existente e que sua PROPOSTA TÉCNICA e sua PROPOSTA ECONÔMICA foram desenvolvidas e apresentadas com perfeito conhecimento do mesmo, conforme DOCUMENTO XIX da TABELA V - Outros documentos, constante do Anexo I - MODELO DE CARTAS E DECLARAÇÕES.

9.2.1. A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO considerará que as PROPOSTAS apresentadas foram elaboradas com perfeito conhecimento do sítio do ARZM existente e do Anexo III - PLANO DE EXPLORAÇÃO DO AEROPORTO - PEA e Anexo VII - QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO, não podendo a CONCESSIONÁRIA, em hipótese alguma, pleitear modificações nos preços, prazos ou condições do CONTRATO, ou alegar qualquer prejuízo ou reivindicar qualquer benefício sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre este.

## 10. DA PROPOSTA TÉCNICA

10.1. A PROPOSTA TÉCNICA, que deverá ser apresentada em 2 (duas) vias, em volumes distintos, de conteúdos idênticos, devendo cada via conter folhas numeradas sequencialmente, todas rubricadas e afixadas entre si, encadernados, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

10.2. Uma das vias deverá conter originais ou cópias autenticadas (Via Original), a qual se destinará à juntada no processo, sendo que a outra via (Via Cópia), deverá conter cópias, não necessariamente autenticadas. Cada via deverá conter na capa a titulação do conteúdo, o nome da proponente, o número desta Concorrência e o seu objeto.

10.3. Cada uma das vias deverá conter o Termo de Início e o Termo de Encerramento, este ao final do volume. O Termo de Início deverá conter a indicação da quantidade de folhas que o compõem e o seu conteúdo (índice dos documentos).

10.3.1. Caso haja diferença entre algum(ns) dos documentos valerá(ão) o(s) documento(s) original(is) ou autenticado(s).

10.4. Será desclassificada a PROPOSTA TÉCNICA que:

10.4.1. Contenha, explícita ou implicitamente, qualquer contradição com o disposto neste EDITAL ou quaisquer imposições ou condições aqui não previstas.

10.4.2. Apresente qualquer menção quanto aos valores contidos na PROPOSTA ECONÔMICA.

10.4.3. Apresente-se em desacordo com a forma exigida neste EDITAL;

10.5. A documentação deverá ser apresentada contendo os seguintes elementos:

10.5.1. Índice. Conterá os itens e paginação dos tópicos de cada elemento correspondente à matéria incluída, visando permitir a operacionalização da avaliação pela Comissão de Licitação.

10.5.2. Experiência em Operação Logística de Carga Aérea. Comprovação de experiência em operação logística de carga aérea, demonstrada por meio da apresentação de atestados fornecidos pelo receptor dos serviços, pessoa jurídica de direito

---

[Digite o endereço da empresa]

público ou privado, como comprovação de que a licitante tenha executado serviços dessa natureza.

10.5.3. Experiência em Operação Logística de Carga Geral. Comprovação de experiência em operação logística de carga geral, demonstrada por meio da apresentação de atestados fornecidos pelo receptor dos serviços, pessoa jurídica de direito público ou privado, como comprovação de que a licitante tenha executado serviços dessa natureza.

10.6. Como alternativa a apresentação de atestados emitidos pelos receptores dos serviços, a licitante poderá ela própria declarar sua experiência desde ratificado por um auditoria independente.

10.6.1. Em caso de dúvida, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO poderá exigir, por meio de diligências, a apresentação de documentos pertinentes ao conteúdo declarado que comprovem as informações prestadas.

10.7. Adotar-se-á a seguinte fórmula para a Nota da PROPOSTA TÉCNICA:

$$NPT = 0,5 \text{ Carga Aérea} + 0,5 \text{ Carga Geral}$$

Na qual:

NPT é a Nota da PROPOSTA TÉCNICA, contida no intervalo  $0 \leq NPT \leq 100$ ;

Carga Aérea é a nota recebida devido à experiência em operação logística de carga aérea, contida no intervalo  $0 \leq \text{Carga Aérea} \leq 100$ ;

Carga Geral é a nota recebida devido à comprovação em operação logística de carga geral, contida no intervalo  $0 \leq \text{Carga Aérea} \leq 10$ ;

10.8. A nota da operação logística de carga aérea será avaliada pelo volume de carga operada pela PROPONENTE nos últimos dois anos, computada de forma cumulativa, conforme tabela abaixo:

---

[Digite o endereço da empresa]

<b>Operação Logística de Carga Aérea (Carga Aérea)</b>	
<b>Volume tk</b>	<b>Nota</b>
De 0,2 até 1,0	20
Mais de 1,0 até 2,5	40
Mais de 2,5 até 3,5	60
Mais de 3,5 até 5,0	80
Mais de 5,0	10

10.9. A nota da operação logística de carga geral será avaliada pelo volume de carga operada pela PROPONENTE nos últimos dois anos, computada de forma cumulativa, conforme tabela abaixo:

<b>Operação Logística de Carga Geral (Carga Geral)</b>	
<b>Volume tk</b>	<b>Nota</b>
De 0,5 até 1,5	20
Mais de 1,5 até 3,5	40
Mais de 3,5 até 5,0	60
Mais de 5,0 até 10,0	80
Mais de 10,0	10

10.10. Serão desclassificados do certame, os licitantes que não obtiverem a pontuação mínima de pelo menos uma das categorias de comprovação de exigência requerida – Operação Logística de Carga Aérea e de Carga Geral.

## **11. DA PROPOSTA ECONÔMICA**

11.1. A PROPOSTA ECONÔMICA deverá ser apresentada totalmente preenchida e organizada conforme indicado a seguir:

11.1.1. Carta apresentando o valor, expresso em reais, da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA anual a ser paga pela SETOP à CONCESSIONÁRIA, conforme modelo constante do Anexo I - MODELO DE CARTAS E DECLARAÇÕES;

11.2. O valor máximo da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA anual a ser proposto pela LICITANTE, deverá, nos termos do art. 40 inciso X da Lei Federal nº 8.666/93, ser inferior a R\$ 188.516.420,00 (cento e oitenta e oito milhões, quinhentos e dezesseis mil, quatrocentos e vinte reais) sendo desconsiderada a PROPOSTA ECONÔMICA que apresentar valor fora dos padrões indicados.

11.3. Na elaboração de sua PROPOSTA ECONÔMICA, as LICITANTES deverão:

11.3.1. Expressar todos os valores em reais (R\$), com apenas duas casas decimais, referidos ao mês de agosto/2013;

11.3.2. Não considerar qualquer benefício fiscal que possa vir a ser conferido à CONCESSIONÁRIA, no âmbito da União, do Estado ou do Município, durante o prazo da CONCESSÃO;

11.3.3. Considerar todos os tributos incidentes sobre o objeto da licitação, na forma da legislação vigente;

11.3.4. Considerar a incidência da PIS e COFINS sobre a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, conforme a legislação vigente.

11.4. A PROPOSTA ECONÔMICA que deixar de observar quaisquer dos itens precedentes será desclassificada pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.

11.5. Adotar-se-á a seguinte fórmula para a Nota da PROPOSTA ECONÔMICA:

$$NPE = -$$

é a Nota da PROPOSTA ECONÔMICA;

é o valor máximo da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, apresentado no item 11.2;

é a média dos valores das CONTRAPRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS das licitantes;

é o valor da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA solicitado pela licitante.

11.6. A Nota da PROPOSTA ECONÔMICA será limitada a 100 (cem) pontos, com aproximação de centésimos e arredondamento da terceira casa decimal.

11.7. Conforme o disposto no artigo 48 da lei 8.666/93, consideram-se manifestamente inexequíveis, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, a PROPOSTA cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

11.8. média aritmética dos valores das PROPOSTAS superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração; ou

11.9. valor orçado pela Administração.

11.10. Das licitantes classificadas na forma do parágrafo 1º do artigo 48, da Lei Federal 8.666/93, cujo valor global da PROPOSTA for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas “a” e “b” anteriores, será exigida, para assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no parágrafo 1º do artigo 56 da mesma lei, igual a diferença entre o valor resultante das alíneas já citadas e o valor da correspondente PROPOSTA ECONÔMICA.

## **12. DO PLANO DE NEGÓCIOS**

12.1. Somente será analisado o PLANO DE NEGÓCIOS da LICITANTE cuja PROPOSTA ECONÔMICA tenha ficado em primeiro lugar.

12.1.1. Caso o PLANO DE NEGÓCIOS da menor CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA não seja aceito pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO nos termos deste EDITAL,

---

[Digite o endereço da empresa]

será analisado o PLANO DE NEGÓCIOS da segunda menor CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA e assim sucessivamente.

12.2. O PLANO DE NEGÓCIOS incluirá, mas sem se limitar, as informações abaixo, nos moldes estabelecidos no Anexo IV - PLANÍLHAS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS e as cartas e/ou declarações relacionadas:

12.2.1. a projeção dos valores provenientes do recebimento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, em base anual, durante todo o prazo da CONCESSÃO PATROCINADA;

12.2.2. os desembolsos referentes aos investimentos necessários à EXPLORAÇÃO do Aeroporto Regional da Zona da Mata - ARZM, destacando as parcelas de depreciação/amortização e de tributos incidentes sobre as receitas;

12.2.3. os desembolsos com investimentos/imobilizados necessários à aquisição de equipamentos e sistemas de controle, estabelecidos a preços e quantidades globais fixos, referentes à EXPLORAÇÃO do Aeroporto Regional da Zona da Mata - ARZM, conforme indicado no Anexo IV - PLANÍLHAS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS deste EDITAL, em conformidade com as metas e padrões de desempenho indicados no CONTRATO;

12.2.4. a composição do capital social da CONCESSIONÁRIA, sua distribuição, parcelas e prazos de subscrição e integralização, conforme modelo constante do Anexo I – MODELOS DE CARTAS E DECLARAÇÕES deste EDITAL;

12.2.5. a descrição de recursos próprios a serem aportados na CONCESSIONÁRIA pela LICITANTE, além do capital social, indicando a sua modalidade, características, prazos e garantia de sua subscrição e integralização;

12.2.6. a indicação do(s) financiamento(s) a ser(em) contratado(s) pela CONCESSIONÁRIA, indicando as principais características da(s) operação(ões), tais como taxas de juros, moeda, prazos de carência e amortização, vencimentos, comissões e garantias;

12.2.7. carta de instituição seguradora ou corretora de seguros que assessora a LICITANTE na montagem do plano de seguros, declarando que apoiará o empreendimento objeto da CONCESSÃO PATROCINADA, utilizando o modelo constante do Anexo I – MODELOS DE CARTAS E DECLARAÇÕES deste EDITAL; e



12.2.8. carta de empresa de auditoria independente, declarando que as projeções financeiras apresentadas estão de acordo com as normas contábeis e tributárias, utilizando modelo constante do Anexo I – MODELOS DE CARTAS E DECLARAÇÕES deste EDITAL.

### 13. DOS CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

13.1. Será classificada em primeiro lugar a PROPOSTA que apresentar o maior Valor para Efeito de Classificação, VEC, obtido com aproximação de milésimos e arredondamento da quarta casa decimal, da seguinte forma:

$$VEC = \frac{7NPE + 3NPT}{10}$$

Na qual:

VEC é o Valor para Efeito de Classificação;

NPT é o a Nota da PROPOSTA TÉCNICA, contida no intervalo  $0 \leq PT \leq 10$ ;

NPE é a Nota da PROPOSTA ECONÔMICA,

13.2. A classificação obedecerá a ordem decrescente dos Valores para Efeito de Classificação (VEC).

13.3. Os preços propostos deverão referir-se ao mês de agosto/2013.

13.4. As PROPOSTAS que contiverem erros meramente aritméticos deverão ser corrigidas pela Comissão da seguinte forma:

- a) Discrepância entre grafados em algarismo e por extenso: prevalecerá o valor por extenso;
- b) Erros de multiplicação do preço pela quantidade correspondente serão mantidos: o preço unitário e a quantidade corrigindo-se o produto;
- c) Erro de adição: serão mantidas as parcelas corretas e corrigindo-se a soma.

13.5. O valor total da PROPOSTA será obtido pela Comissão de Licitação, realizados os procedimentos mencionados para a correção dos erros da PROPOSTA, não podendo haver

[Digite o endereço da empresa]

recusa quanto à aplicação dos critérios estabelecidos no presente edital, ressalvada a hipótese de motivo justo, decorrente de fato superveniente, a ser analisado pela Comissão de Licitação.

13.6. Havendo empate, serão aplicados os critérios estabelecidos no art.3º, §2º da Lei 8.666/93. Caso persista o empate, haverá decisão mediante sorteio, a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.

#### **14. DA ENTREGA DAS PROPOSTAS**

14.1. A LICITANTE deverá protocolar, um envelope, sem remetente, contendo dentro deste, outros 03 (três) envelopes fechados e indevassáveis, com o seguinte conteúdo na forma definida no preâmbulo deste EDITAL:

Envelope 01 – PROPOSTA TÉCNICA;

Envelope 02 – PROPOSTA ECONÔMICA;

Envelope 03 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

14.2. A PROPOSTA TÉCNICA, acrescida da GARANTIA DE PROPOSTA, deverá ser apresentada em 02 (duas) vias, sendo uma original e uma cópia, em envelope fechado e indevassável, trazendo em seu exterior a identificação da LICITANTE, o número da licitação e os dizeres:

**EDITAL CONCORRÊNCIA SETOP Nº. [•]/2013**

**EXPLORAÇÃO DO AEROPORTO REGIONAL DA ZONA DA MATA**

**ENVELOPE 01**

**PROPOSTA TÉCNICA**

**[Nome do Interessado]**

---

[Digite o endereço da empresa]

14.3. PROPOSTA ECONÔMICA deverá ser apresentada em 02 (duas) vias, sendo uma original e uma cópia, em envelope fechado e indevassável, trazendo em seu exterior a identificação da LICITANTE, o número da licitação e os dizeres:

<p><b>EDITAL CONCORRÊNCIA SETOP Nº. [•]/2013</b></p> <p><b>EXPLORAÇÃO DO AEROPORTO REGIONAL DA ZONA DA MATA</b></p> <p><b>ENVELOPE 02</b></p> <p><b>PROPOSTA ECONÔMICA</b> <b>[Nome do Interessado]</b></p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

14.4. A Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverão ser apresentados em 02 (duas) vias, sendo uma original e uma cópia, em envelope fechado e indevassável, trazendo em seu exterior a identificação da LICITANTE, o número da licitação e os dizeres:

<p><b>EDITAL CONCORRÊNCIA SETOP Nº. [•]/2013</b></p> <p><b>EXPLORAÇÃO DO AEROPORTO REGIONAL DA ZONA DA MATA</b></p> <p><b>ENVELOPE 03</b></p> <p><b>DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</b> <b>[Nome do Interessado]</b></p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

14.5. Para os fins dos itens antecedentes poderá ser apresentada, em substituição à documentação original, cópia autenticada por cartório competente, inclusive as publicações em jornais e no Diário Oficial.

14.6. Todas as páginas dos documentos contidos nos envelopes deverão estar numeradas, encadernadas e rubricadas pelo representante legal da LICITANTE ou do CONSÓRCIO, de modo a facilitar seu manuseio e análise.

## 15. DO PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

15.1. Esta licitação será processada e julgada por uma COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO designada por Resolução do Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas, obedecidas às regras estabelecidas nos subitens seguintes.

15.2. O ato de abertura dos envelopes poderá ser assistido por qualquer pessoa, mas somente os representantes das LICITANTES participantes, devidamente credenciados nos termos deste EDITAL, poderão agir em nome da mesma, vedada a interferência de assistentes e ou de quaisquer outros interessados.

15.2.1. Serão admitidos no máximo 02 (dois) representantes credenciados por LICITANTE.

15.2.2. O representante da LICITANTE deverá se apresentar para o credenciamento perante a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, apresentando a comprovação de sua representação bem como a carteira de identidade ou outro documento equivalente. A comprovação de sua representação deverá ser por meio de apresentação de

- a) Instrumento de mandato, público ou particular, que comprove poderes para praticar todos os atos referentes ao certame, acompanhado do(s) documento(s) que comprove(m) os poderes do(s) outorgante(s). Em se tratando de instrumento particular de mandato, este deverá ser apresentado com firma reconhecida.
- b) Contrato social ou estatuto social da LICITANTE ou documento equivalente, nos casos de participação de representante legal da LICITANTE. Para esta hipótese, em se tratando de CONSÓRCIO, a representação se dará pela empresa líder, devendo acompanhar o contrato social ou estatuto social ou documento equivalente da empresa líder.

15.2.3. Os documentos de representação das LICITANTES serão retidos pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e juntados ao processo da licitação.

15.3. Os representantes poderão exercer representação de 01 (uma) única LICITANTE, sob pena de inabilitação das LICITANTES representadas por pessoas em comum.

---

[Digite o endereço da empresa]

15.4. Quando abertos os envelopes entregues pelas LICITANTES, os documentos deverão ser rubricados pelos membros da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e pelos respectivos representantes das LICITANTES presentes à sessão.

15.5. Em qualquer fase da licitação será possível o saneamento de falhas, complementação de insuficiências e correções de caráter formal na documentação entregue, desde que a(s) LICITANTE(s) possa(m) satisfazer às exigências dentro de 3 (três) dias úteis a contar da notificação da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.

15.5.1. Os documentos que poderão ser juntados no prazo referido no item 15.5 são aqueles cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente e demonstrada na data de apresentação da documentação.

15.6. Será facultado às LICITANTES examinar a documentação apresentada pelas demais após a respectiva abertura dos envelopes.

15.7. As informações, bem como toda a correspondência, documentos e textos relativos aos procedimentos da licitação deverão ser redigidos em português.

15.7.1. As empresas estrangeiras oriundas de países de língua portuguesa deverão apresentar sua documentação na forma original.

15.8. No caso de divergência entre documento ou texto no idioma original e a tradução, prevalecerá o texto traduzido por tradutor juramentado.

15.8.1. Nos termos do §4º do art. 32 da Lei Federal nº 8.666/93, deverá ser feita a consularização dos documentos provenientes de empresas estrangeiras, ainda que oriundos de países de língua portuguesa.

## **16. DA ANÁLISE E JULGAMENTO**

16.1. Na sessão designada na data prevista para abertura dos envelopes, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO analisará a GARANTIA DE PROPOSTA e PROPOSTA TÉCNICA em sessão a ser realizada oportunamente entre os seus membros, sendo certo que a

divulgação do correspondente resultado será feita às LICITANTES posteriormente, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

16.2. Será desqualificada na fase de análise da PROPOSTA TÉCNICA a LICITANTE:

16.2.1. Que não apresentar os documentos exigidos para o Envelope 01, na forma e condições estabelecidas neste EDITAL;

16.2.2. Que não obtiverem a pontuação mínima de pelo menos uma das categorias de comprovação de exigência requerida – Operação Logística de Carga Aérea e de Carga Geral;

16.2.3. Que fizer qualquer referência a preços;

16.2.4. Cujos documentos não estiverem assinados por pessoa habilitada; e,

16.2.5. Cujas PROPOSTA TÉCNICA não esteja redigida em português.

16.2.6. Não apresentar a GARANTIA DE PROPOSTA nos termos da Cláusula 5.

16.3. Da decisão que classificar ou desclassificar a LICITANTE caberá recurso, na forma e condições estabelecidas neste EDITAL.

16.4. Julgados os recursos referentes à fase de análise da PROPOSTA TÉCNICA, ou decorrido o prazo para a sua interposição, sem qualquer manifestação das LICITANTES, serão designados, pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, a data, a hora e o local da sessão para a abertura e julgamento das PROPOSTAS ECONÔMICAS, por meio de publicação no Órgão de Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

16.5. Serão devolvidos às LICITANTES desqualificadas na fase anterior os envelopes, inviolados, contendo a PROPOSTA ECONÔMICA e a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, contra recibo que deverão firmar.

16.6. Consoante publicação no Órgão de Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, no local, data e hora fixados pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, em ato público, com a presença de, no mínimo, 03 (três) de seus membros e de representantes das

LICITANTES qualificadas tecnicamente, devidamente credenciados, proceder-se-á à abertura dos envelopes entregues pelas LICITANTES contendo a PROPOSTA ECONÔMICA.

16.7. A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO examinará as PROPOSTAS ECONÔMICAS apresentadas pelas LICITANTES, divulgando o resultado dessa etapa aos presentes, com indicação da respectiva ordem de classificação das PROPOSTAS recebidas.

16.8. A classificação das PROPOSTAS ECONÔMICAS obedecerá à ordem crescente dos valores da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA propostos pelas LICITANTES.

16.9. Havendo empate entre duas ou mais PROPOSTAS ECONÔMICAS com idênticas condições, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio em ato público realizado pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, para o qual todas as LICITANTES serão convocados.

16.10. Será desclassificada a PROPOSTA ECONÔMICA da LICITANTE:

16.10.1. Que não apresentar os documentos exigidos para o Envelope 02, na forma e condições estabelecidas neste EDITAL;

16.10.2. Cujos documentos não estiverem assinados por pessoa habilitada;

16.10.3. A PROPOSTA ECONÔMICA não estiver totalmente expressa em Reais (R\$), ou não atender ao disposto no Anexo IV – DIRETRIZES DO PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA deste EDITAL;

16.10.4. Que apresentar PROPOSTA ECONÔMICA inexecutável, o que será verificado por meio da análise do PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA da PROPOSTA classificada em primeiro lugar, da efetiva capacidade financeira dos acionistas e dos terceiros indicados como aportadores dos recursos, da coerência das projeções financeiras, da viabilidade das ações previstas para a captação de recursos e da previsão e programação de ações alternativas quanto a mudanças nos parâmetros-chave, tais como volumes de tráfego e receita e taxas de juros e de retorno;

16.10.5. Cujas PROPOSTAS ECONÔMICAS não estiverem redigidas em português; e

16.10.6. Cujos valores sejam superiores ao limite estabelecido no item 11.2.

16.11. As PROPOSTAS ECONÔMICAS que contiverem erros meramente aritméticos deverão ser corrigidas pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, da seguinte forma:

16.11.1. Discrepância entre grafados em algarismos e por extenso: prevalecerá o valor por extenso;

16.11.2. Erros de multiplicação do preço pela quantidade correspondente serão mantidos: o preço unitário e a quantidade corrigindo-se o produto;

16.11.3. Erro de adição: serão mantidas as parcelas corretas e corrigindo-se a soma.

16.12. A Classificação da PROPOSTA ECONÔMICA ocorrerá em ordem crescente de valor, sendo a maior pontuação da avaliação da PROPOSTA ECONÔMICA atribuída a LICITANTE cuja PROPOSTA apresentar o “Menor CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA” anual a ser paga durante o período da CONCESSÃO PATROCINADA.

16.12.1. A pontuação obtida na avaliação da PROPOSTA ECONÔMICA será acrescida à pontuação da PROPOSTA TÉCNICA para cálculo da pontuação final da LICITANTE, conforme critérios estabelecidos no item anterior.

16.12.2. A classificação das PROPOSTAS ocorrerá em ordem crescente de valor da pontuação final, sendo, portanto, a primeira colocada a LICITANTE que obtiver maior pontuação final.

16.12.3. A LICITANTE que obtiver maior pontuação final, se habilitada, será declarada vencedora.

16.13. O resultado do julgamento será publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, com a respectiva ordem de classificação.

16.13.1. Da análise da documentação da PROPOSTA ECONÔMICA caberá recurso, conforme previsto na CLÁUSULA 19 deste EDITAL.



16.14. Após a fase de julgamento da PROPOSTA ECONÔMICA, e julgados os eventuais recursos, ou decorrido “in albis” o prazo para a sua interposição, serão divulgados a data, hora e o local da sessão pública para abertura do ENVELOPE Nº 03, da LICITANTE classificada em primeiro lugar.

16.15. Caso a LICITANTE classificada em primeiro lugar seja inabilitada, abrir-se-á a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO da LICITANTE classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente até que uma LICITANTE cumpra com os requisitos da habilitação.

16.16. Havendo empate, serão aplicados os critérios estabelecidos no art.3º, §2º da Lei 8.666/93. Caso persista o empate, haverá decisão mediante sorteio, a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.

16.17. Será inabilitada na fase de análise da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO a LICITANTE:

16.17.1. Que não apresentar os documentos exigidos para o Envelope 03, na forma e condições estabelecidas neste EDITAL;

16.18. Cujos documentos não estiverem assinados por pessoa habilitada; e

16.19. Não satisfizer a todos os requisitos estabelecidos neste EDITAL e seus anexos.

16.20. Do julgamento dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO caberá recurso, conforme previsto da CLÁUSULA 19 deste EDITAL.

15.7. Nos termos do artigo 48, parágrafo 3º, da Lei de Licitações, caso todas as LICITANTES sejam inabilitadas, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO poderá fixar prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação, pelas LICITANTES inabilitadas, de novos documentos escoimados das causas que determinaram a desqualificação.

## **17. DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO**

17.1. O julgamento da licitação será submetido à homologação do Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas, que adjudicará o objeto da licitação à LICITANTE vencedora.

17.2. Observados os procedimentos do item 17.1, a SETOP convocará, mediante correspondência com aviso de recebimento, a ADJUDICATÁRIA para assinatura do CONTRATO no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data da mencionada publicação.

17.2.1. Para fins do disposto no item 17.1, a ADJUDICATÁRIA compromete-se a manter os termos originais de sua PROPOSTA até a data da efetiva assinatura do CONTRATO.

17.2.2. Até a data prevista para a assinatura do CONTRATO, a ADJUDICATÁRIA deverá comprovar à SETOP que:

- a) Prestou as garantias previstas no CONTRATO;
- b) Contratou as coberturas de seguro previstas no CONTRATO;
- c) Manteve as exigências da habilitação até o momento da contratação;

17.3. No mesmo prazo estipulado no item 17.2.2, a ADJUDICATÁRIA deverá, ainda, apresentar à SETOP os documentos que comprovem ter constituído a SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, nos termos do item 23.1, devendo, ainda:

- a) Fornecer a correspondente certidão emitida pela Junta Comercial do domicílio da empresa-líder ou da sede da SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, se diversos;
- b) Comprovar a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- c) Atestar a participação, como acionistas da SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, das empresas integrantes do CONSÓRCIO;

17.3.1. A CONCESSIONÁRIA deverá indicar em seu estatuto social, como finalidade exclusiva, a exploração do objeto da CONCESSÃO PATROCINADA.

17.4. Se o CONTRATO não for assinado no prazo estabelecido no item 17.2.2 por razões imputáveis ao ADJUDICATÁRIO, este terá a sua GARANTIA DA PROPOSTA, executada pela SETOP.

## **18. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO**

18.1. O Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas, em despacho fundamentado, poderá revogar a licitação por razões de interesse público e deverá anulá-la, de ofício ou por provocação de terceiros, verificada a ocorrência de qualquer ilegalidade.

## **19. DOS RECURSOS**

19.1. Dos atos praticados em função da Licitação regida por este EDITAL cabem recursos, ao Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas, nos casos de decisão relativa a:

19.1.1. Regularidade da GARANTIA DA PROPOSTA;

19.1.2. Julgamento das PROPOSTAS;

19.1.3. Habilitação ou inabilitação de LICITANTE;

19.1.4. Imposição de pena de advertência ou multa.

19.2. O prazo para interposição de recurso é de 05 (cinco) dias úteis contados do primeiro dia útil subsequente ao da intimação, entendido por dia útil o dia de expediente normal na SETOP.

19.3. A intimação acerca do julgamento dos recursos será feita, obrigatoriamente, através de publicação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

19.4. O recurso interposto com fundamento no item 19.1 terá efeito suspensivo.

19.5. Da interposição de recurso serão intimadas as demais LICITANTE, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados pela forma já estabelecida neste EDITAL.

19.6. O recurso será encaminhado à Autoridade Superior por intermédio do órgão ou autoridade que praticou o ato recorrido, que poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias, ou levá-lo à Autoridade Superior, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

---

[Digite o endereço da empresa]

19.7. O prazo para a decisão dos recursos tratados neste item é de 05 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento pela Autoridade Superior, de que trata o item 19.6.

19.8. Do ato do Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas que determinar a anulação ou revogação da Licitação cabe representação no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

19.9. A representação poderá ter efeito suspensivo, desde que presentes as razões de interesse público.

19.10. Aplicam-se ao procedimento previsto no item 19.9 todas as disposições desta Cláusula.

## **20. DO CONTRATO**

20.1. São condições para assinatura do CONTRATO:

20.1.1. A apresentação da GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL;

20.1.2. Contrato de serviços de consultoria para embasamento das decisões do COMITÊ TÉCNICO, que se façam necessárias no decorrer do CONTRATO;

20.1.3. Termo de compromisso arbitral firmado com a CAMARB.

20.1.4. CONTRATO DE CONTA VINCULADA assinado.

20.2. O CONTRATO obedecerá aos termos da minuta constante do Anexo II - MINUTA DE CONTRATO.

20.3. A lei aplicável ao CONTRATO será a brasileira, não sendo admitida qualquer menção ao direito estrangeiro ou internacional, nem mesmo como meio de interpretação.

20.4. A legislação brasileira aplicável será aquela em vigor na data dos atos ou fatos que vierem a ocorrer.

20.5. A SETOP providenciará a publicação do extrato do CONTRATO no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

## **21. DO PRAZO DA CONCESSÃO**

21.1. O prazo da CONCESSÃO será de 25 anos, contados a partir da data da assinatura do CONTRATO, não sendo admitida sua prorrogação, exceto nos casos previstos no CONTRATO.

## **22. DO VALOR CONTRATUAL**

22.1. O valor do CONTRATO será correspondente ao valor calculado com base na soma dos valores da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA a ser auferida pela CONCESSIONÁRIA no decorrer da CONCESSÃO PATROCINADA, acrescido da RECEITA TARIFARIA estimada, a ser recebida pela CONCESSIONÁRIA, ao longo do prazo estipulado da CONCESSÃO PATROCINADA.

22.2. As despesas decorrentes da execução do CONTRATO correrão à conta da dotação orçamentária nº[•], do orçamento do Fundo de Parcerias Público Privadas para o corrente exercício. Nos exercícios subsequentes, durante a vigência do CONTRATO, as despesas correrão à conta dos créditos próprios consignados à mesma dotação.

## **23. DA CONCESSIONÁRIA**

23.1. A CONCESSIONÁRIA será uma SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO a ser constituída pelo ADJUDICATÁRIO da licitação, seja ele uma sociedade empresária ou CONSÓRCIO, tendo como objeto social único a exploração da CONCESSÃO, com proibição expressa de praticar quaisquer atos estranhos a tais finalidades e com sede em Belo Horizonte.

23.2. A CONCESSIONÁRIA deverá assumir a forma de sociedade anônima, sendo o estatuto social e a composição acionária, aqueles que constarem da PROPOSTA ECONÔMICA e DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

23.2.1. Sendo a ADJUDICATÁRIA da licitação uma sociedade empresária, deverá esta, no prazo previsto no item 17.3, criar subsidiária integral para atendimento ao disposto no item 23.1, mantendo o mesmo controle acionário preexistente à constituição da SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO.

23.2.2. No caso de CONSÓRCIO, como pré-condição para a celebração do CONTRATO, as empresas que o integrarem deverão constituir SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, sob a forma de sociedade anônima, em conformidade com a lei brasileira, cujos estatutos, composição acionária e organização da administração deverão ser aqueles propostos nas MEMÓRIAS TÉCNICAS do PLANO DE NEGÓCIOS.

23.2.3. No caso de CONSÓRCIO ser declarado vencedor da licitação, as empresas consorciadas deverão ser controladoras diretas da SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, na proporção de sua participação.

23.3. A CONCESSIONÁRIA deverá submeter à prévia anuência da SETOP qualquer modificação em seu estatuto que implique em alteração do controle societário durante todo o período da CONCESSÃO.

23.4. Em quaisquer dos casos mencionados nos itens anteriores, deverão ser mantidas as condições de habilitação que ensejarem a celebração do CONTRATO.

23.5. O capital social subscrito da CONCESSIONÁRIA deverá ser integralizado nos termos estabelecidos no compromisso de integralização do capital social firmado pelos acionistas, que fará parte integrante do CONTRATO.

23.5.1. No caso de integralização em bens, o processo avaliativo deverá observar, rigorosamente, as normas da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

23.6. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter a SETOP permanentemente informada sobre o cumprimento pelos acionistas do compromisso de integralização do capital social,

---

[Digite o endereço da empresa]

autorizando desde já a mesma a realizar diligências e auditorias para a verificação da situação.

23.7. O valor da participação de fundos e/ou fundações no capital da CONCESSIONÁRIA não poderá superar as prescrições legais vigentes.

23.8. Durante todo o prazo de vigência do CONTRATO, o controle societário da CONCESSIONÁRIA só poderá ser modificado com prévia anuência da SETOP, sendo vedada a transferência do controle efetivo da SPE ou da CONCESSÃO por no mínimo doze meses a contar da data da constituição da SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO.

23.8.1. No evento da transferência do controle acionário da CONCESSIONÁRIA, mediante anuência da SETOP, na vigência da CONCESSÃO, deverão ser mantidas as condições de habilitação da mesma.

23.8.2. Nos termos do § 2º, do art. 5º da Lei Federal nº 11.079/04, o CONTRATO preverá os requisitos e as condições em que a SETOP autorizará a transferência de controle da CONCESSIONÁRIA para seus financiadores, com o objetivo de promover a sua reestruturação financeira e assegurar a continuidade da prestação dos serviços.

23.9. A CONCESSIONÁRIA poderá oferecer em garantia, nos contratos de financiamento, os direitos emergentes da CONCESSÃO, desde que não comprometam a operacionalização e a continuidade dos serviços.

23.10. As ações correspondentes ao controle da CONCESSIONÁRIA poderão ser dadas em garantia de financiamentos, ou como contra garantia de operações vinculadas ao cumprimento de obrigações decorrentes do CONTRATO.

23.11. A CONCESSIONÁRIA estará sempre vinculada ao disposto no EDITAL, à PROPOSTA apresentada (PLANO DE NEGÓCIOS e METODOLOGIA DE EXECUÇÃO) e aos respectivos documentos contratuais, bem como à legislação e regulamentação brasileira em tudo que se referir à prestação dos serviços e à exploração da CONCESSÃO.

23.12. A CONCESSIONÁRIA não poderá, durante todo o prazo da CONCESSÃO, reduzir o seu capital, a nenhum título, sem prévia e expressa autorização da SETOP.

---

[Digite o endereço da empresa]

23.13. Os recursos à disposição da CONCESSIONÁRIA serão aplicados exclusivamente no desenvolvimento de atividades relacionadas à CONCESSÃO, ressalvadas unicamente as aplicações financeiras.

23.14. A CONCESSIONÁRIA deverá obedecer aos padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas.

## **24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

24.1. Os contratos que vierem a ser firmados pela CONCESSIONÁRIA com terceiros, relativamente ao desenvolvimento das atividades pertinentes à CONCESSÃO, deverão ser enviados à SETOP e serão formalizados segundo as regras de direito privado, não tendo aqueles qualquer relação com este CONTRATO.

24.2. Independente de ser a SETOP comunicada acerca da formalização de contratos pela CONCESSIONÁRIA com terceiros, por força do estabelecido neste EDITAL ou no CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA não poderá alegar ato ou fato decorrente desses contratos para pleitear ou reivindicar da SETOP qualquer alteração no cumprimento de suas obrigações, ressarcimento de prejuízos ou perda de benefícios.

24.3. Os documentos e informações a serem disponibilizados pela SETOP às LICITANTES para consulta deverão ser considerados, para todos os fins, como meramente informativos, não assumindo a SETOP, em consequência, qualquer responsabilidade por sua correção, adequação ou suficiência.

24.4. As LICITANTES poderão, até o 10º (décimo) dia útil anterior à data da entrega das PROPOSTAS, requerer à SETOP informações e esclarecimentos de dúvidas sobre a licitação, através do e-mail: ppparzm@transportes.mg.gov.br.

24.5. Não sendo formulados pedidos de informações e esclarecimentos de dúvidas sobre a licitação até o prazo acima estabelecido, pressupõe-se que os elementos fornecidos no EDITAL são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação de PROPOSTAS, não cabendo, portanto, às LICITANTE, direito a qualquer reclamação posterior.



24.6. As consultas serão respondidas por escrito, e serão publicadas no site [www.transportes.mg.gov.br](http://www.transportes.mg.gov.br), com as informações ou esclarecimentos solicitados até o 5º (quinto) dia útil anterior à data de entrega da documentação exigida neste EDITAL e seus Anexos.

24.6.1. As consultas e respostas serão transmitidas a todos os participantes da licitação, e em particular à LICITANTE consulente serão disponibilizadas no site da mesma, sem identificação dos seus autores.

24.6.2. Em se tratando de aditamentos, serão estes divulgados da mesma forma que se dará a divulgação do texto original do EDITAL.

24.6.3. Os esclarecimentos e aditamentos passarão a fazer parte integrante do EDITAL.

24.7. Durante o período compreendido entre a data de entrega da documentação exigida neste EDITAL e a data de publicação do resultado do julgamento da licitação, as LICITANTES não poderão entrar em contato com a SETOP para assuntos correlatos.

24.8. Nesse período, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, caso julgue necessário, convocará as LICITANTES para os esclarecimentos que se fizerem necessários à instrução do processo, dentro do permitido pela Lei Federal nº 8.666/93, artigo 43, parágrafo 3º.

24.9. A SETOP poderá modificar o presente EDITAL ou seus Anexos, a qualquer momento antes da abertura deste certame, quando houver incontroversa violação aos preceitos legais ou prejuízo ao interesse público nos termos da legislação vigente. Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afeta a formulação das PROPOSTAS.

24.10. Para a apresentação da documentação exigida no EDITAL, a LICITANTE deverá examinar, cuidadosamente, todas as instruções, condições, exigências, leis, decretos, normas, especificações e outras referências mencionadas.

24.11. Eventuais deficiências no atendimento aos requisitos e exigências para a apresentação da documentação exigida no EDITAL serão consideradas de responsabilidade exclusiva da LICITANTE, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da PROPOSTA.

24.12. A LICITANTE arcará com todos os custos relacionados com a preparação e apresentação de sua documentação, não se responsabilizando a SETOP, em hipótese alguma, por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação ou os resultados desta.

24.13. Este EDITAL, e respectivos Anexos, se encontram a disposição de todos os interessados, gratuitamente, no sitio eletrônico [www.transportes.mg.gov.br](http://www.transportes.mg.gov.br), não sendo necessária a apresentação de comprovante de sua aquisição para participação na licitação.

## **25. DOS ANEXOS DO EDITAL**

25.1. Integram este EDITAL os seguintes Anexos:

Anexo I. MODELO DE CARTAS E DECLARAÇÕES

Anexo II. MINUTA DE CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA

Anexo III. PLANO DE EXPLORAÇÃO DO AEROPORTO - PEA

Anexo IV. PLANÍLHAS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS

Anexo V. POLÍTICA TARIFÁRIA E MECANISMOS DE PAGAMENTO

Anexo VI. DIRETRIZES AMBIENTAIS

Anexo VII. QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO

Anexo VIII. TABELA DE MULTAS

Anexo IX. ESTRUTURA DE GARANTIAS DO PODER CONCEDENTE

Anexo X. CONVÊNIO 038/2012

Anexo XI. MINUTA DE CONTRATO DE CONTA VINCULADA

25.2. Os Anexos integrantes do EDITAL têm por finalidade orientar as LICITANTES no preenchimento da documentação exigida no EDITAL.

25.3. Nos termos do § 2º, artigo 40 da Lei nº 8666/93, os Anexos constituem parte integrante do EDITAL, como se seus conteúdos estivessem nele transcritos, e vinculam às LICITANTES.

Belo Horizonte, [•] de [•] de 20[•]

---

Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas

---

[Digite o endereço da empresa]